

APRESENTAÇÃO NA FUP

MUDANÇAS NO MARCO REGULATÓRIO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

Henrique Jäger (Subseção da FUP)

Cloviomar Cararine (Subseção do SINDIPETRO-NF)

Técnicos do DIEESE

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2008

Setor Petróleo – Histórico do Marco Regulatório Brasileiro

Contexto geral do setor no Brasil: Marco regulatório

- 1953 – Lei 2.004/53 – Monopólio da União e criação da Petrobras;
- 1995 – Emenda a Constituição nº09 – (retira da Petrobras o direito de exercer o monopólio);
- 1997 – Lei do Petróleo (9.478/97) – Cria o CNPE e a ANP, entrada de empresas privadas nacionais e internacionais.

Setor Petróleo – Leilões da ANP

Leilões da ANP – alguns números

- Rodada Zero – 1998 – definir a participação da Petrobras;
- Abril de 2008 – após 8 rodadas:
 - Mais de 600 blocos de exploração;
 - 72 grupos econômicos;
 - 36 de origem brasileira, incluída a Petrobras;
 - 36 de 19 outros países (Angola, Argentina, Austrália, Canadá, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Noruega, Panamá, Portugal e Reino Unido);
- A Nona Rodada – retirada de 41 blocos no pré-sal.

Modelos de Contrato para Exploração e Produção de Petróleo e GN

- Fatores que afetam escolha do modelo de Contrato:
 - Alto risco exploratório;
 - Campos de tamanho pequeno/médio;
 - Baixa capacidade de financiamento;
 - Preço do petróleo abaixo de US\$15.
- Modelos de Contratos para exercício das operações petrolíferas:
 - Contratos de Concessão;
 - Contratos de Partilha de Produção;
 - Contratos de Serviço/Risco.

Modelos de Contrato para Exploração e Produção de Petróleo e GN

● Contratos de Concessão

- Estado concede direitos exclusivos de E&P à uma companhia petrolífera;
- Custos da produção é total da Companhia;
- A empresa contratante se apropria de toda a produção;
- Estado recebe impostos, *royalties* e participações especiais;
- Estado pode estabelecer requisitos mínimos de abastecimento interno;
- Ex: Brasil, EUA, Canadá e Emirados Árabes.

Modelos de Contrato para Exploração e Produção de Petróleo e GN

- **Contratos de Partilha de Produção**
 - Estado celebra um contrato de partilha da produção com a companhia, que financia a exploração e desenvolvimento da área contratada;
 - Estado se apropria de toda a produção;
 - Em caso de sucesso, companhia recupera seus custos (“petróleo de custo”);
 - O “petróleo de lucro” é dividido entre Estado e empresa contratante;
 - Há pagamentos de impostos e pode haver pagamento de *royalties* e participações especiais;
 - Ex: China, Rússia, Angola, Colômbia e Índia.

Modelos de Contrato para Exploração e Produção de Petróleo e GN

- **Contratos de Serviço/Risco**
 - A Companhia paga todos os custos de exploração e desenvolvimento;
 - Companhia recebe através de petróleo, pagamento em dinheiro ou parcela da produção;
 - Estado se apropria de toda a produção;
 - Ex: Kuwait, Irã e Venezuela.

QUESTÃO CENTRAL NO DEBATE

Quem vai se apropriar do resultado da produção deste bem essencial: umas poucas famílias/empresas ou todo o povo brasileiro?

Mudanças no Marco Regulatório Brasileiro - Debate

Proposta do IBP (200 empresas privadas)

- Manutenção do modelo atual (Concessão);
 - Este modelo aumentou a concorrência no setor e possibilitou à Petrobras alcançar a auto-suficiência do país em produção de petróleo e realizar as recentes descobertas de petróleo e gás natural;
- Aumentar cobrança de royalties e participações especiais (criar alíquota específica sobre campos de alto potencial);
 - Brasil precisa de ganhos de curto prazo para rápido atendimento às necessidades sociais.

Mudanças no Marco Regulatório Brasileiro - Debate

Proposta em debate na Comissão Interministerial

- Contratos de Partilha da Produção (respeitando os contratos em vigor);
 - Pré-sal com baixo risco exploratório e potencial de produção é muito grande;
- Estado com maior controle da produção e capacidade de fazer os “ajustes finos”;
- Em caso de continuidade dos blocos – unitização – União aumentaria sua participação no capital social da empresa, de 40% para cerca de 60%.

Mudanças no Marco Regulatório Brasileiro - Debate

Proposta em debate na Comissão Interministerial

- Contratos de Partilha da Produção (respeitando os contratos em vigor);
- Criação de uma empresa totalmente estatal para administrar as gigantescas reservas;
 - Mesmo sobre o controle da União, Petrobras é uma empresa privada e os recursos do pré-sal deve ir para toda a população;
- Criação de Fundo para programas sociais.

Futuro de Modelo Energético do Brasil

Posição da FUP

- Defesa do monopólio do Estado na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Brasil, por meio de uma Petrobras 100% pública;
- Fim do modelo de concessão e das rodadas de licitação dos blocos exploratórios;
- Necessidade de amplo debate com a sociedade brasileira para discutir um novo marco regulatório do setor;
- Transpetro – fim da segregação imposta pela Lei 9.478/97.

OUTRAS QUESTÕES EM DEBATE

- Continuidade dos blocos – unitização – pólo Santos;
 - Mudanças no capital social da Petrobras;
 - Aumento do capital em cerca de US\$100 bilhões;
- Questionamento do limite das 200 milhas da costa brasileira;
- Gargalos de infra-estrutura – máquinas, equipamentos e mão de obra;
- Mudanças na distribuição dos recursos dos *royalties* e participações especiais.